

## O QUE SÃO OS JUROS?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*O São Paulo*, 11 a 17.07.1980

Afinal o que são os juros? Para os economistas defensores do sistema capitalista os juros são a justa remuneração para quem poupou, sacrificando seu consumo atual para poder gozar no futuro. Fica difícil, entretanto, entender essa definição quando sabemos que o consumo dos capitalistas é sempre muito grande, quando vemos as mansões, os automóveis, os alimentos e as bebidas, as roupas e as jóias que usam os capitalistas. Se eles se sacrificaram foi decididamente há muito, mas muito tempo mesmo.

Outra explicação é aquela que divide os capitalistas em dois tipos: os capitalistas ativos ou empresários e os capitalistas inativos ou rentistas. Os juros (e os aluguéis) são a forma pela qual estes capitalistas inativos, ociosos, que não trabalham, se apropriam de uma parte da renda nacional. Mais especificamente os juros seriam a parte da mais valia que os empresários pagam aos capitalistas inativos para usar seu dinheiro, e fazer investimentos ou comprar mercadorias para revenda, ou então são a parte dos salários que os trabalhadores pagam para poder anteciparem o seu próprio consumo.

Esta teoria é evidentemente muito mais lógica. Não procura justificar moralmente os juros, já que evidentemente é difícil justificar a remuneração de quem não trabalha. Parte da constatação objetiva de que existem capitalistas inativos, ociosos, e trata de explicar com simplicidade a natureza dos juros em uma sociedade capitalista.

É preciso, entretanto, fazer uma distinção entre os juros pagos pelos capitalistas com o objetivo de financiar suas compras de mercadoria para revenda e seus investimentos, e os juros pagos pelos trabalhadores para financiar seu consumo.

O juro entre capitalistas ativos e inativos tem um limite necessário. A taxa de juros nunca pode ser maior do que a taxa de lucros. Caso contrário os empresários deixariam de investir. Prefeririam também emprestar seu dinheiro. E o resultado seria a paralisação da acumulação de capital e a crise. Dentro das regras do sistema capitalista, portanto, esse tipo de juros tem limites naturais. A oferta e a procura de dinheiro entre capitalistas

está limitada pela taxa de lucro. Se a taxa de lucro sobre o capital das empresas no Brasil é cerca de 15 por cento, a taxa real de lucro, descartada a inflação, não poderá ser maior do que uns 10 por cento.

Já os juros no financiamento aos consumidores não tem limites a não ser a própria concorrência entre as empresas. Entretanto, como, em primeiro lugar os bancos e depois as lojas geralmente fazem acordos ao invés de concorrerem entre si, a taxa de juros que os trabalhadores pagam não tem limite. Ou melhor, o limite é capacidade de pagar ou a sobrevivência dos trabalhadores.

Na idade média quem tomava emprestado para financiar seu próprio consumo eram os aristocratas. Pagavam juros altíssimos por isso. Era a usura, que era considerada pecado pela Igreja Católica porque desorganizava a sociedade ao endividar os poderosos. Quem emprestava a juros eram os usurários, sempre mal vistos pela sociedade.

Depois o capitalismo tornou-se dominante em todo o mundo, o capital dos capitalistas inativos foi utilizado cada vez mais para financiar a produção, e os juros deixaram de ser condenados. Mas é fácil perceber que essa reabilitação dos juros foi apressada. Mesmo nos quadros do sistema capitalista, e da ideologia capitalista que naturalmente legitima os juros, fica difícil distinguir as altas taxas de juros que pagam os trabalhadores quando compram a crédito da velha usura.

É claro que nesse momento é capaz de aparecer um capitalista sem remédio que afirme: “muito fácil, os trabalhadores então que não comprem mais a crédito”. Mas nesse momento ele estaria esquecendo que a compra a crédito por parte dos trabalhadores é essencial para que as empresas das capitalistas continuem rendendo.

Na verdade, os elevados juros que os trabalhadores pagam no Brasil em suas compras a crédito são de um lado uma maneira fundamental através da qual as empresas garantem a venda de seus produtos mais caros (fundamentalmente os bens de consumo duráveis e as residências) e de outro uma forma de expropriar os trabalhadores mantendo os seus salários, depois de pagos os juros, ao nível estrito de sobrevivência. (O São Paulo, 11 a 17/07)